

## TENDÊNCIAS / DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

debates@grupofolha.com.br www.folha.com/tendencias

## Premiando os rejeitados

MARCUS ANDRÉ MELO

Há dois paradoxos nas eleições municipais. O primeiro é a perpetuação no poder dos atuais ocupantes de cargos eletivos em um quadro em que suas taxas de rejeição são inéditas. A mudança nas regras de financiamento e no formato das campanhas fortaleceu os atuais mandatários, criando uma inédita assimetria pró-incumbente.

Ela resulta do amplo controle da máquina, maior potencial de “reconhecimento do nome”, maior capacidade de criar fatos midiáticos etc. O viés pró status quo acaba prevalecendo sobre a rejeição porque pode levar à anulação do voto com seu conhecido efeito não antecipado.

E também a rejeição tem direção certa: o PT, pelo impacto da Lava Jato. Prefeitos da antiga oposição são pouco afetados — veja-se os casos de Salvador ou Recife. O PT foi punido eleitoralmente, o que mostra a vitalidade da democracia brasileira.

Por outro lado, o viés pró status significa que o sistema político está menos competitivo: regressamos à República Velha. Os custos das eleições se reduziram, mas a assimetria pró-titular do cargo aumentou. O saldo líquido é que as barreiras à entrada podem ter aumentado. Quem está dentro, fica. “O de cima sobe, o de baixo desce”.

O segundo paradoxo é que os campeões das eleições — o PSDB e o conjunto de forças que sustentam o governo Temer — possuem pés de barro. A fraqueza dos vitoriosos tem origem sistêmica: deriva da fragmentação do sistema partidário.

A fragmentação vem de longe. Os três maiores partidos em 1996 detinham 61% das prefeituras (3.150). Em 2012, esse número caiu para 42% (2.339). Para os cinco maiores partidos, os dados apontam para uma redução de 82% para 60% no mesmo período.

Enquanto escrevo este artigo, no domingo (2), os dados de 2016 ainda não estão disponíveis, mas certamente a fragmentação terá se acentuado. A identidade dos partidos muda pouco no período. O número efetivo de partidos políticos (NEPP) — índice que pondera o número de siglas pelo tamanho das bancadas — alcançou 13,4%, um recorde mundial, em 2014.

A fragmentação alcançou o maior valor, matematicamente, em sete Estados: todos os seus deputados federais provêm de partidos diferentes.

Inteiramente previsível, a debacle espetacular do PT significa que o partido está reduzido ao seu núcleo duro de militantes com forte identidade partidária e programá-



**Os campeões das eleições possuem pés de barro. A fraqueza dos vitoriosos deriva da fragmentação do sistema partidário**

tica (no jargão da área, ao seu “core voters”). Composto de setores sindicais, movimentos sociais e classes médias ligadas ao setor público, o partido com maior bancada eleita em 2014 (68 deputados federais) voltará a ter porte médio.

Já partidos nanicos, como o PRB, tornam-se partidos médios. Em modelos estatísticos, as eleições municipais são o melhor preditor das bancadas federais que se formarão em eleições subsequentes.

A vitória é importante para o governo Temer, uma vez que sinaliza a fraqueza da oposição. Os ganhos para o PSDB, que vem correndo o ris-

co de tornar-se partido médio, também são evidentes. São vitoriosos em um sistema à beira do colapso.

A derrocada do PT é apenas parcialmente resultado da debandada dos eleitores voláteis (“swing voters”), sem identidade partidária. Esse grupo, que inclui amplos setores de baixa renda, abandonou o barco pela reversão de expectativas produzida pela crise.

Mas o PT está sendo punido também por ter deixado de ser governo. Por isso, e não apenas pelo fato de que a Lava Jato colocou seus doadores na prisão, sofreu enorme redução no financiamento de campanha. Em um quadro em que o Estado brasileiro é fonte de privilégios, importa estar do lado de quem o controla. Qualquer que seja o governo.

MARCUS ANDRÉ MELO é professor titular de ciência política da UFPE - Universidade Federal de Pernambuco. É coautor do livro “Brazil in Transition” (Princeton University Press)

## Novas bases para uma sociedade generosa

PAULO GHIRALDELLI JR.

**O filósofo Sloterdijk lança a proposta de uma “sociedade generosa”, que funcionaria pela ênfase na doação, em um mecenato de cuidado**

um mecenato de cuidado.

Sloterdijk está longe de defender qualquer tipo de “privatização” ou “socialismo feito por capitalistas e doadores”. Sua proposta básica é olhar para o que já fazemos em termos de trabalho voluntário, doação de dinheiro, tempo e criatividade em inúmeros projetos louváveis, o que não é pouco no mundo, e caminhar no sentido de incentivar tal atividade e ampliá-la.

Esse tipo de coisa criaria o que ele chama de “dinheiro inteligente”, o oposto do Fisco que, sabemos, arrecada e joga para políticos a tarefa de antes desperdiçar que empregar dinheiro naquilo que queremos.

O filósofo nos conta que a Universidade de Indiana, nos Estados Unidos, fez um cálculo mostrando que, em 2008, os americanos gastaram US\$ 307,7 bilhões em caridade, dentro de suas obrigações fiscais. Só uma pequena parte disso era obrigação restituinte.

Esse dinheiro “endereçado”, diz ele, é aquele que vai para a vida cultural e social que realmente se de-

seja. Uma sociedade assim pode equacionar melhor um grave problema atual, o da distância entre a população e a política.

Sloterdijk não diz tudo isso como uma ideia tirada da cartola. Ao contrário, ele tem revolucionado a descrição de nós mesmos a partir de sua antropologia e psicologia.

O desenho do homem feito pela psicologia moderna nos reduz a uma disputa entre razão e paixão. A fúria por reconhecimento e nosso ímpeto na busca de identidade orgulhosa no que criamos fica sem lugar na alma humana moderna.

Sloterdijk propõe um desenho do homem a partir da psicologia antiga. É necessário um lugar positivo para um terceiro componente da alma, o thymos, o lugar da autoestima, da dignidade e do reconhecimento. Forças eróticas querem as coisas para suprir carências. Forças tímóticas não querem pegar as coisas para acalmar desejos, pois são antes de tudo forças doadoras e, portanto, realizadoras.

Uma sociedade como a nossa pode recuperar as forças tímóticas em detrimento das eróticas e gerar um grande incentivo a uma vida generosa.

PAULO GHIRALDELLI JR., 59, professor aposentado de história da filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, é autor de “Para Ler Peter Sloterdijk” (ed. Via Vértice), entre outros

## PAINEL DO LEITOR

A seção recebe mensagens pelo e-mail leitor@grupofolha.com.br, pelo fax (11) 3223-1644 e no endereço al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos.

## Eleição em São Paulo

A eleição da capital foi surpreendentemente decidida em primeiro turno por uma série de fatores: a alta abstenção e a alta taxa de votos nulos e em branco que reduziram o total de votos válidos, a alta rejeição ao prefeito que buscava a reeleição e uma eficiente campanha com tempo e dinheiro por uma coligação de centro-direita que buscou captar uma insatisfação geral com os políticos, ao utilizar-se da imagem de um candidato voltado para a gestão como empresário bem sucedido em negócios.

LUIZ ROBERTO DA COSTA JR. (Campinas, SP)



Doria, empresário empreendedor, vai privatizar os corredores de ônibus, os cemitérios, vai conseguir bons negócios. Vai acabar privatizando a morte.

EMIL BARBOUR (São Paulo, SP)

## Hélio Schwartzman

Discordo, mas não me surpreendo sobre o teor do texto do colunista Hélio Schwartzman (“Democracia suspeita”, “Opinião”, 2/10). Fazer coro com aqueles que, por comodismo e indiferença, não avaliam o voto como um dever a ser cumprido e direito a exercer, é apoiar posturas alienadas de parte do eleitorado de anseios individualistas. Pelo menos nas campanhas eleitorais e na escolha de candidatos é quando a cidadania mais se motiva pela solução de problemas e adoção de medidas de interesse geral.

ANTONIO FRANCISCO DA SILVA (Rio de Janeiro, RJ)

## Lula e Oi

Curiosa a resposta da defesa de Lula a respeito da investigação de sua relação com a Oi (“PF investiga Lula por antenna próxima a sítio em Atibaia”, “Poder”, 1º/10). Ela se utiliza do argumento de que a investigação “não tem nada a ver com a Petrobras” e que, portanto, está fora da área de atuação da Lava Jato. Por isso não pode ser investigada? Usa também do batido argumento da perseguição política, pois, provavelmente, do ponto de vista de Lula, ele está acima de qualquer suspeita, e a mera intenção de alguém investigá-lo deveria ser considerado crime de lesa-pátria.

LUIZ DANIEL DE CAMPOS (São Paulo, SP)

## Vanessa Grazziotin

Leio semanalmente sua coluna acreditando que terei argumentos sólidos e inovadores de agora uma opositora do governo. Mas em nenhuma delas abstraio propostas para tentar tirar nosso país da situação calamitosa em que nos encontramos, fruto de irresponsabilidades que até o papagaio da minha vizinha sabe o porquê. Em seus textos somente observo bateção de teclas inócuas que nada contribuem para o debate. Uma humilde sugestão: aproveite melhor o espaço nobre que lhe foi concedido nesta **Folha**.

PAULO LOURENÇO (São Paulo, SP)

## Reforma na educação

Concordo com Fernanda Torres (“Quadro Negro”, “Ilustrada”, 30/9). Reformar o ensino médio exige muito mais do que retirar disciplinas e elevar a carga horária. Por quê retirar filosofia? Os professores e estudantes precisam ser ouvidos.

FELIPE LUIZ GOMES E SILVA (São Carlos, SP)



A reforma na educação, transformando certas matérias em opcionais (e não retirando-as do currículo, como diz a atriz Fernanda Torres) e aumentando a carga horária para integral progressivamente, apesar de ser via MP, é muito bem-vinda. Isto significa que, a partir das ofertas de cada escola (a cobrar dos governadores), cada aluno poderá escolher as matérias que quiser assistir, se tornando mais protagonista e menos ovelha.

GABRIELLA TURBIANI (São Paulo, SP)



A “Ilustrada” nos brindou com dois excelentes artigos sobre a nova educação proposta por medida provisória: Fernanda Torres e Vladimir Safatle (“A Marcha do Obscurantismo”, 30/9) tocaram no principal da questão. Fernanda e sua crítica aos professores de “notório saber” e o brilhante texto de Safatle sobre os desastrosos efeitos de um governo sem legitimidade merecem ser lidos por todos.

GERALDO MAGELA MAIA, professor (Belo Horizonte, MG)

## Carlos Heitor Cony

Quase sempre, aprecio as ironias e comparações insólitas de Cony. No entanto, com relação ao seu texto deste domingo (“O nazismo e o crochê”, “Opinião”, 2/10), peço licença para afirmar que, cá entre nós, a frase “A mulher alemã voltou a fazer crochê”, do Goebbels, me parece bem mais condizente com a realidade do novo governo do que com os tempos do PT. Alguém ainda duvida que Brasília voltou a ser o berço do patriarcalismo autoritário que manda no Brasil há 500 anos? Que o digam as mulheres que têm ficado cegas em manifestações por aí.

LEANDRO VEIGA DAINESI (Lorena, SP)

## Marcos Lisboa

Para os que estão com um pé atrás em relação à PEC 241 — que limita os gastos públicos aos valores do ano anterior apenas corrigidos pela inflação —, o aval de Marcos Lisboa em seu artigo na **Folha** (“Escolhas à luz do Sol”, “Opinião”, 2/10) é convincente no sentido de aprovar o que está sendo proposto. Resta entender um pouco mais sobre o prazo de 20 anos em que a emenda constitucional vigoraria. Muitos de nós estariam dando adeus (e a Deus) qualquer possibilidade de novos investimentos econômicos e sociais nesta vida.

ADEMIR VALEZI (São Paulo, SP)

» LEIA MAIS CARTAS NO SITE DA FOLHA - [www.folha.com.br/paineldoleitor](http://www.folha.com.br/paineldoleitor)

» SERVIÇOS DE ATENDIMENTO AO ASSINANTE: [saa@grupofolha.com.br](mailto:saa@grupofolha.com.br) 0800-775-8080 Grande São Paulo: (11) 3224-3090

» OMBUDSMAN: [ombudsman@grupofolha.com.br](mailto:ombudsman@grupofolha.com.br) 0800-015-9000

## ERRAMOS

[erramos@grupofolha.com.br](mailto:erramos@grupofolha.com.br)

**ELEIÇÕES** (2.OUT, PÁG. A13) O gráfico publicado na página A13 não incluiu a informação que as pesquisas citadas foram feitas pelo Datafolha em São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Recife e pelo Ibope nas demais capitais.

**PODER** (31.AGO, PÁG. A10) Marcelo Henrique Limório é acionista da Hypermarchas, e não diretor, como publicado na reportagem “Pedro Paulo arrecada triplo de aniversários”.

**MUNDO** (29.SET, PÁG. A11) David Ben-Gurion está enterrado no ki-

butz Sde Boker, e não no Monte Herzl, como afirmou a reportagem “Megaoperação marcará funeral de Peres”.

**MUNDO** (2.OUT, PÁG. A10) A reportagem “Plebiscito sobre paz na Colômbia afetará política e economia” dizia que o “sim” ao acordo com as Farc precisava obter apenas o voto de 13% do eleitorado total do país para o texto ser aprovado; este percentual servia para a consulta ser válida, mas o “sim” precisava também de mais votos em número absoluto que o “não”, o que não ocorreu.